

CONCURSO PÚBLICO

PRIMEIRA FASE

1. PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

ANALISTA DE PROMOTORIA I

(ASSISTENTE JURÍDICO)

INSTRUÇÕES

- ✓ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ✓ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ✓ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ✓ Responda a todas as questões.
- ✓ Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ✓ Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- ✓ A duração da prova é de 4 horas.
- ✓ A saída do candidato da sala será permitida após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ✓ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno de questões, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA
01	A B C D E
02	A B C D E
03	A B C D E
04	A B C D E
05	A B C D E

06	A B C D E
07	A B C D E
08	A B C D E
09	A B C D E
10	A B C D E

11	A B C D E
12	A B C D E
13	A B C D E
14	A B C D E
15	A B C D E

16	A B C D E
17	A B C D E
18	A B C D E
19	A B C D E
20	A B C D E

21	A B C D E
22	A B C D E
23	A B C D E
24	A B C D E
25	A B C D E

26	A B C D E
27	A B C D E
28	A B C D E
29	A B C D E
30	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
31	A B C D E
32	A B C D E
33	A B C D E
34	A B C D E
35	A B C D E

36	A B C D E
37	A B C D E
38	A B C D E
39	A B C D E
40	A B C D E

41	A B C D E
42	A B C D E
43	A B C D E
44	A B C D E
45	A B C D E

46	A B C D E
47	A B C D E
48	A B C D E
49	A B C D E
50	A B C D E

51	A B C D E
52	A B C D E
53	A B C D E
54	A B C D E
55	A B C D E

56	A B C D E
57	A B C D E
58	A B C D E
59	A B C D E
60	A B C D E

QUESTÃO	RESPOSTA
61	A B C D E
62	A B C D E
63	A B C D E
64	A B C D E
65	A B C D E

66	A B C D E
67	A B C D E
68	A B C D E
69	A B C D E
70	A B C D E

71	A B C D E
72	A B C D E
73	A B C D E
74	A B C D E
75	A B C D E

76	A B C D E
77	A B C D E
78	A B C D E
79	A B C D E
80	A B C D E

81	A B C D E
82	A B C D E
83	A B C D E
84	A B C D E
85	A B C D E

86	A B C D E
87	A B C D E
88	A B C D E
89	A B C D E
90	A B C D E

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Cumprimento a redação da revista pela brilhante reportagem sobre a situação da perícia no Brasil. Muito bem feita e didática, a matéria _____ e apresenta uma noção do trabalho dos peritos que, com certeza, _____ muitos jovens a _____ a profissão. De novo, parabéns e continuem nessa linha editorial, que agrada muito aos leitores.

(Galileu, julho de 2010. Adaptado)

Os espaços do texto devem ser preenchidos, correta e respectivamente, com

- (A) dismitifica ... tabus ... incentivarão ... seguir
- (B) dismistifica ... tabus ... incentivarão ... seguir
- (C) desmistifica ... tabús ... incentivará ... seguirem
- (D) desmitifica ... tabus ... incentivará ... seguirem
- (E) demistifica ... tabús ... incentivarão ... seguirem

02. Leia a tira.



(Folha de S.Paulo, 23.01.2009)

Observe as frases produzidas com base no diálogo da tira:

- I. Aceita, Dr. Quirino, um café?
- II. Primeiro, quero ver o paciente.
- III. Quando eu vi ele, estava no quintal, começou a chuva e...
- IV. Puro e com pouco açúcar.

Apresenta vício de linguagem e, ao mesmo tempo, revela alteração em relação ao sentido da tira apenas o contido em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e III.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 05.

Vigilantes não deveriam estar armados em ambientes como bancos e supermercados, simplesmente porque seu preparo de 160 horas e de poucas dezenas de tiros não os habilita a situações de estresse, sejam elas assaltos ou conflitos com clientes.

Mesmo policiais, que recebem um treinamento mais intenso e com supervisão altamente profissional, mostram problemas de preparo nessas situações. Por um mero jogo de interesses comerciais, a obrigatoriedade de vigilância bancária imposta pelos governos militares no pacote de medidas “antiterrorismo” acabou sendo mantida, e o emprego de vigilantes armados se difundiu, com enorme perigo para as pessoas que frequentam esses ambientes. Ladrões não evitam locais com vigilantes armados, eles apenas chegam em maior número, aumentam o perigo de tiroteio e ainda levam a arma do segurança. Em 2006, só no estado de São Paulo, os assaltantes roubaram 160 armas de vigilantes.

[...]

A função da segurança privada em proteger patrimônio não pode ser exercida com prejuízos à segurança dos cidadãos que deve ser preocupação cada vez mais competente das forças policiais. Sem uma boa polícia não há salvação para a sociedade. E é ela que deve carregar armas; não seguranças privados.

(Galileu, julho de 2010)

03. De acordo com o texto, pode-se concluir que

- (A) tanto policiais quanto vigilantes devem proteger o cidadão desarmados.
- (B) o treinamento recebido pelos policiais é o mesmo dos seguranças privados.
- (C) a presença de seguranças armados corre à margem de interesses financeiros.
- (D) os seguranças armados são treinados para evitar ações terroristas.
- (E) a segurança armada é insuficiente para coibir a ação dos assaltantes.

04. Assinale a alternativa em que a frase está isenta de vício de linguagem.

- (A) Assiste à polícia e não aos seguranças privados o direito de portar armas.
- (B) Os governos militares impõem a obrigatoriedade de vigilância bancária.
- (C) Clientes de bancos e supermercados pode ser vítima de tiroteios.
- (D) Se difundiu, em ambientes como bancos e supermercados, os vigilantes armados.
- (E) Pode ser perigoso se os governos manterem a obrigatoriedade de vigilância bancária.

05. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.
- (A) Vigilantes, de bancos e supermercados, não deveriam estar armados pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.
 - (B) Vigilantes em bancos e supermercados, não deveriam estar armados, pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.
 - (C) Vigilantes, em bancos e supermercados, não deveriam estar armados, pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.
 - (D) Vigilantes, em bancos e supermercados não deveriam estar armados, pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.
 - (E) Vigilantes de bancos e supermercados, não deveriam estar armados pois seu preparo não os habilita a situações de estresse.

Leia o texto para responder às questões de números 06 e 07.

É fácil entender por que os advogados estão aprimorando suas técnicas de júri. Enquanto um juiz julga com base no código legal, o júri segue convicções pessoais. “Jurados são mais passionais. Analisam por consciência, não por ciência”, diz Mauro Otávio Nacif, criminalista que já trabalhou na defesa de 800 casos, como o de Suzane von Richthofen, condenada em 2006 pelo assassinato dos pais. Por isso, advogados têm de atingir a razão e também o coração dos jurados. Nos EUA, uma indústria se formou só para pesquisar como os jurados absorvem explicações e que tecnologias dariam mais credibilidade aos argumentos de advogados. Lá, processos envolvendo empresas também podem ir a júri, e uma decisão passional pode custar indenizações milionárias ao réu. Com dinheiro em jogo, os americanos trataram de criar armas sofisticadas para influenciar os jurados.

(*Superinteressante*, julho de 2010)

06. Conforme o texto, o aprimoramento das técnicas de júri está relacionado
- (A) ao barateamento de um processo, já que uma análise mais precisa dos jurados pode evitar que os réus paguem indenizações milionárias.
 - (B) à necessidade de se formalizarem procedimentos mais precisos, com julgamentos menos evitados da interferência das convicções pessoais.
 - (C) à intenção de mobilizar os jurados, levando em consideração os aspectos subjetivos de sua análise dos argumentos apresentados nos processos.
 - (D) a uma concepção de jurado que tenha mais informação tecnológica de um caso, julgando com mais ciência do que consciência.
 - (E) a um novo procedimento ratificado pelo código penal, por meio do qual se evitará que os jurados julguem com base nas convicções pessoais.

07. Considerando-se o emprego do acento indicativo da crase, no trecho – ... e uma decisão passional pode custar indenizações milionárias ao réu. – a expressão **ao réu** pode ser corretamente substituída por
- (A) à um condenado pela lei.
 - (B) à quem for condenado.
 - (C) à uma pessoa que for condenada.
 - (D) àquele que for condenado.
 - (E) à alguém que seja condenado.

08. Observe as frases, títulos de matérias da revista, e analise as afirmações.

*Por que o Brasil toma tanto Rivotril
Cores que enganam seu cérebro*

(*Superinteressante*, julho de 2010)

- I. Na primeira frase, a figura de linguagem presente é a metonímia, já que o termo **Brasil** está empregado no lugar de **brasileiros**.
- II. Na segunda frase, a figura de linguagem presente é a hipérbole, já que o verbo **enganar** representa uma ação exagerada.
- III. Na primeira frase, sem alteração da ordem dos termos, também estaria correto o uso da forma **Por quê**.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
09. Quando a diferença entre os limites de ordem sociopragmática _____ por regras convencionais e as restrições que afetam valores mais fundamentais e _____ da existência se _____, a sociedade está pronta para a experiência totalitária. Isso pode acontecer por via de uma acomodação gradual da liberdade a diversos tipos de controle social, e essa transição muitas vezes é sutil e imperceptível na dinâmica da vida coletiva.
- (<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/04/etica-e-situacoes-limite/>)
- Os espaços do texto devem ser preenchidos, correta e respectivamente, com
- (A) estabelecida ... constitutivos ... diluem
 - (B) estabelecidos ... constitutivos ... dilui
 - (C) estabelecida ... constitutivas ... dilui
 - (D) estabelecidos ... constitutivos ... diluem
 - (E) estabelecida ... constitutivo ... diluem

ATUALIDADES

10. Em abril de 2010, a entrada em atividade do vulcão Eyjafjallajökull, na Islândia, provocou degelo das encostas nevadas da montanha e obrigou as autoridades a evacuar centenas de pessoas das cidades próximas pelo iminente risco de enchentes. As estradas ficaram alagadas e colocaram em risco as pontes dos rios daquele país. Uma nuvem de cinzas vulcânicas ficou por vários dias sobre boa parte da ilha e

- (A) foi responsável por grande número de internações de pessoas com problemas respiratórios nos países do leste europeu.
- (B) provocou a morte de centenas de pessoas dos bairros pobres da capital do país, Reykjavik.
- (C) causou o cancelamento de milhares de voos, principalmente com destino ao norte e ao centro da Europa.
- (D) as lavas soterraram o lago Kleifarvatn, um dos pontos turísticos mais visitados daquele país.
- (E) prejudicou a economia do país com a destruição das videiras ao norte do território.

11. No dia 20 de julho de 2010, a agência Reuters informava:

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta terça-feira o projeto de lei que destina 25 milhões de reais para o Fundo de Reconstrução de Gaza.”

Indique a opção que tem nexos com essa notícia.

(A) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu nesta segunda-feira com sua colega chilena, Michelle Bachelet, em Santiago, e ratificou a ajuda brasileira ao país atingido por um forte terremoto que matou mais de 700 pessoas.

(O Globo. Adaptado)

(B) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou nesta quinta-feira (25) ao Haiti, país devastado pelo terremoto de 12 de janeiro passado, para confirmar o apoio do Brasil à sua reconstrução.

(Correio Brasiliense. Adaptado)

(C) O terremoto de 7,2 graus na escala Richter que atingiu o México neste domingo afetou 25 mil pessoas, a maioria delas nas zonas rurais, informou o governador da Baixa Califórnia, José Guadalupe Osuna.

(Jornal Brasil online. Adaptado)

(D) Segundo fonte do governo, a proposta recebeu o crivo presidencial durante reunião entre Lula e o ex-ministro das Relações Exteriores palestino Nabil Shaat.

(uol.com.br – Adaptado)

(E) Depois do encontro bilateral neste sábado (25), o que era para ser uma entrevista coletiva dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Paraguai, Fernando Lugo, acabou se transformando apenas na leitura de um comunicado conjunto intitulado Construindo uma Nova Etapa na Relação Bilateral.

(Agência Brasil. Adaptado)

12. No dia 23 de julho de 2010, a BBC Brasil noticiava:

“Secretário-geral da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o ex-presidente argentino Néstor Kirchner, se reunirá com os presidentes de Colômbia e Venezuela para mediar a crise entre os dois países, agravada após o rompimento de relações diplomáticas, na última quinta-feira (22)”.

As declarações do embaixador colombiano Luis Hoyos, em uma reunião extraordinária da OEA, foram decisivas para que o presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciasse o fim das relações entre os dois países. Segundo Hoyos,

- (A) havia pelos menos 87 acampamentos guerrilheiros consolidados na Venezuela e cerca de 1,5 mil rebeldes.
- (B) forças venezuelanas haviam penetrado em território colombiano em nítido desrespeito aos anteriores acordos de paz.
- (C) aviões da Força Aérea Venezuela haviam invadido o espaço aéreo colombiano em 20 de julho deste ano.
- (D) o exército venezuelano estaria fornecendo armas e munições a grupos ligados às Farc.
- (E) a Venezuela estaria fornecendo, gratuitamente, combustível para manter em ação grupos ligados às Farc.

13. No dia 16 de abril de 2010, os controladores do programa espacial Cbers perderam contato com o satélite Cbers-2B. Desde então, o equipamento tem enviado sinais intermitentes, indicando falta de energia. O satélite foi lançado em 19 de setembro de 2007 como resultado de um acordo, assinado em 22 de agosto de 1988, entre o brasileiro Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a agência de tecnologia espacial

- (A) do Japão.
- (B) da China.
- (C) dos EUA.
- (D) da França.
- (E) do Canadá.

14. Em meados de julho deste ano, a Apple contabilizava 3 milhões de iPhones 4 vendidos desde o seu lançamento, no dia 24 de junho. O equipamento se tornou o produto que vendeu mais rápido na história da empresa. Entretanto, problemas de recepção do aparelho causaram preocupante queda de suas ações nas bolsas de valor. Para sanar os problemas de recepção e frear a desvalorização das ações, Steve Jobs informou que, até o dia 30 de setembro deste ano (2010),

- (A) todos os aparelhos seriam substituídos por outros com novo *software*.
- (B) as lojas substituiriam a placa-mãe de todos os aparelhos.
- (C) todas as antenas seriam trocadas porque foi constatado um defeito de fabricação.
- (D) os compradores receberiam um manual atualizado explicando como segurar o aparelho durante a operação.
- (E) os compradores receberiam uma capa protetora de borracha e plástico para envolver o aparelho.

15. No dia 21 de julho deste ano, a imprensa divulgou uma lista de seis magistrados indicados pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Nela constava o nome do juiz Fausto De Sanctis. Esse juiz ficou conhecido pela sua participação na operação que

- (A) determinou a prisão do banqueiro Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity.
- (B) resultou na condenação de 114 traficantes, em um ano de trabalho em Pontaporã (MS).
- (C) afastou dois juizes maranhenses acusados de vender sentenças.
- (D) fechou rádios comunitárias irregulares no estado de Sergipe.
- (E) propôs ação de improbidade administrativa para vários políticos do estado de Goiás.

16. No dia 24 de julho de 2010, o jornal “O Estado de S. Paulo” informava que “mais cinco presos políticos libertados pelo regime de Raúl Castro” haviam chegado “a Madri, unindo-se aos 15 dissidentes já soltos por Cuba nas duas últimas semanas”.

O governo de Havana se comprometeu a libertar um total de 52 presos em virtude de

- (A) negociação articulada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- (B) compromisso assumido pelo presidente Barak Obama de deixar Guantánamo.
- (C) promessa de Fidel Castro ao presidente Hugo Chávez, da Venezuela.
- (D) acordo com a Igreja Católica de Cuba.
- (E) parecer da Corte Internacional de Justiça.

17. Com seis estatuetas, “Guerra ao Terror” foi o grande vencedor do Oscar 2010. O longa venceu as principais categorias da 82.^a edição da maior festa do cinema mundial, incluindo as de melhor filme e direção para Kathryn Bigelow, a primeira mulher a levar o prêmio. O filme retrata a guerra que começou em junho de 2003 por causa de um documento da inteligência norte-americana que afirmava existirem armas de destruição

- (A) no Paquistão, do presidente Asif Ali Zardari.
- (B) na Coreia do Norte, do ditador Kim Jong-il.
- (C) no Irã, do presidente Mahmoud Ahmadinejad.
- (D) no Afeganistão, do terrorista Osama BinLaden.
- (E) no Iraque, comandado por Saddam Hussein.

18. Segundo documento da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2010 o Brasil lidera o crescimento de exportações de *commodities*. A OMC destacou que o País se tornou o quinto maior fornecedor, para a China, de produtos negociados por esses títulos. Entre os produtos mais exportados para o mercado chinês por meio desse tipo de negócio estão

- (A) algodão e tecidos.
- (B) café e automóveis.
- (C) minério de ferro e soja.
- (D) aço e gasolina.
- (E) produtos ferroviários e arroz.

DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

19. Conforme a Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) em obediência ao princípio do Estado laico, nas entidades militares de internação coletiva, a Constituição veda a prestação de qualquer tipo de assistência ou manifestações religiosas.
- (B) uma das possibilidades de quebra do princípio da inviolabilidade de domicílio previstas na Constituição é o cumprimento, durante o dia ou à noite, de determinação judicial.
- (C) a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- (D) a pequena propriedade urbana, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora.
- (E) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

20. Pela Carta Magna Brasileira, não há óbice a que a lei estabeleça fiança para o seguinte delito:

- (A) terrorismo.
- (B) infanticídio.
- (C) prática do racismo.
- (D) ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (E) tráfico ilícito de entorpecentes.

21. A intervenção do Estado nos Municípios pode ser decretada na seguinte hipótese:
- (A) para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
 - (B) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de segurança pública.
 - (C) quando o Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - (D) quando a dívida fundada deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos.
 - (E) para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
22. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos políticos constitucionais.
- (A) Os analfabetos são inelegíveis e inalistáveis.
 - (B) Os militares são alistáveis, mas inelegíveis.
 - (C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
 - (D) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor por perdas e danos se a ação for julgada manifestamente improcedente, sem prejuízo da sua responsabilidade penal.
 - (E) A cassação de direitos políticos se dará, entre outras hipóteses, no caso de condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, ou por condenação judicial definitiva em decorrência da prática de improbidade administrativa.
23. No tocante à repartição de competências no Estado Brasileiro, a Constituição Federal estabelece como competência concorrente da União, do Distrito Federal e dos Estados legislar sobre
- (A) serviço postal.
 - (B) águas, energia, informática, telecomunicações e radio-difusão.
 - (C) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
 - (D) populações indígenas.
 - (E) custas dos serviços forenses.
24. Assinale a alternativa que contempla somente típicos cargos públicos em comissão que, de acordo com a Constituição Federal, são de livre nomeação e exoneração.
- (A) De chefia e técnicos.
 - (B) De assessoramento e de carreira.
 - (C) De confiança e técnicos.
 - (D) De direção e de chefia.
 - (E) De direção e empregos públicos.
25. Sobre o Ministério Público, é correto afirmar que
- (A) o Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
 - (B) é função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses individuais do cidadão carente, que não pode pagar advogado.
 - (C) o Conselho Nacional do Ministério Público é formado por 14 membros, incluídos dois juizes e dois advogados.
 - (D) é função institucional do Ministério Público exercer o controle interno da atividade policial.
 - (E) caberá aos membros do Ministério Público exercer outras funções que lhes forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhes permitidas a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
26. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público,
- (A) o Corregedor-Geral é escolhido diretamente pelo Procurador-Geral de Justiça.
 - (B) o exercício da advocacia é hipótese que pode acarretar a perda do cargo do membro do Ministério Público.
 - (C) o Procurador-Geral de Justiça poderá, mesmo sem a concordância do Promotor de Justiça titular, designar outro Promotor para funcionar em feito determinado, de atribuição daquele.
 - (D) no exercício das suas funções, o Ministério Público poderá determinar ao Poder competente a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas urgentes, destinadas à prevenção e ao controle da criminalidade.
 - (E) o membro do Ministério Público, em virtude da natureza do seu cargo, não está obrigado a identificar-se em suas manifestações funcionais.

27. Segundo o disposto na Lei Complementar Estadual n.º 734/93, cabe aos Promotores de Justiça
- (A) impetrar mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais Estaduais competentes.
 - (B) atender e representar judicialmente a qualquer do povo, tomando as medidas administrativas e judiciais cabíveis.
 - (C) officiar perante a Justiça Eleitoral de primeira e segunda instâncias, avocando as atribuições do Ministério Público Federal.
 - (D) officiar perante a Justiça do Trabalho nas Comarcas em que houver Varas do Trabalho.
 - (E) exercer as atribuições de Ministério Público junto aos Tribunais, inclusive a de interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que não privativas do Procurador-Geral de Justiça.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. A respeito da concessão de serviço público, pode-se afirmar que
- (A) não admite em seu contrato a presença de cláusulas exorbitantes.
 - (B) o concessionário pode ser tanto o particular quanto entidade pública ou empresa sob seu controle acionário.
 - (C) pode ser concedida por prazo determinado ou indeterminado.
 - (D) veda a aplicação unilateral de penalidades ao concessionário.
 - (E) uma vez assinado o contrato de concessão, o poder público perde a titularidade do serviço concedido.
29. Sobre a execução e a fiscalização do contrato de gestão das Organizações Sociais, é correto afirmar que
- (A) a competência para a fiscalização da execução do contrato é do Ministério Público.
 - (B) os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Poder Judiciário, sob pena de responsabilidade solidária.
 - (C) havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização do contrato determinarão a indisponibilidade de bens dos responsáveis pela ilegalidade.
 - (D) os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, anualmente, por Promotores de Justiça especialmente designados para essa função.
 - (E) na hipótese de decretação de indisponibilidade de bens da entidade ou de sequestro de bens dos dirigentes, o poder público será o depositário e gestor desses bens até o término da ação.

30. De acordo com a lei, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, para que assim possam ser classificadas, devem ter como uma das suas finalidades, além de outras, a
- (A) comercialização de planos de saúde e assemelhados.
 - (B) manutenção de instituições hospitalares privadas gratuitas e não gratuitas.
 - (C) representação de categorias profissionais por meio de associações de classe.
 - (D) promoção da segurança alimentar e nutricional.
 - (E) disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.
31. Um Prefeito Municipal pretende restaurar uma valiosa obra de arte, deteriorada, que se encontra exposta no museu do Município. E também deseja contratar determinada dupla famosa de cantores sertanejos para apresentação na festa de aniversário da Cidade. Considerando a Lei de Licitações, é correto afirmar que
- (A) a licitação deverá ser realizada para ambas as hipóteses.
 - (B) a licitação deverá ser realizada para a primeira hipótese, mas poderá ser dispensada para a segunda.
 - (C) a primeira é uma hipótese de dispensa de licitação e para a segunda é inexigível a licitação.
 - (D) trata-se de dispensa de licitação para ambas as hipóteses.
 - (E) ambas constituem hipóteses de inexigibilidade de licitação.
32. Constitui um motivo legal para rescisão do contrato administrativo
- (A) o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
 - (B) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, mesmo que por justa causa.
 - (C) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias.
 - (D) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, ainda que não prejudique a execução do contrato.
 - (E) o atraso de sessenta dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços já executados.
33. A competência para o ato administrativo
- (A) se presume.
 - (B) pode, via de regra, ser delegada por lei.
 - (C) pode ser objeto de renúncia.
 - (D) é o mesmo que capacidade.
 - (E) não é de exercício obrigatório.

34. Analise a Súmula n.º 473 do STF a seguir e assinale a alternativa que contém os vocábulos que completam correta e respectivamente as suas lacunas.

A Administração pode _____ seus próprios atos, quando eivados de _____ que os tornam _____, porque deles não se originam _____; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os _____, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

- (A) anular ... vícios ... ilegais ... direitos ... direitos adquiridos
- (B) revogar ... defeitos ... inválidos ... efeitos ... atos jurídicos
- (C) revogar ... máculas ... defeituosos ... competências ... servidores públicos
- (D) anular ... defeitos ... imprestáveis ... decisões ... atos administrativos
- (E) invalidar ... defeitos ... viciados ... direitos ... direitos alheios

35. Assinale a alternativa que está de acordo com as disposições da Lei de Improbidade Administrativa.

- (A) Não constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, mesmo se o autor da denúncia o sabe inocente.
- (B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam, imediatamente, com a sentença condenatória de primeira instância.
- (C) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz mandará a parte emendar a inicial.
- (D) A sentença que julgar procedente a ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor do Ministério Público quando este for o Autor da ação.
- (E) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

36. Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade do agente público.

- (A) A condenação criminal do agente público não tem o poder de lhe impor a perda do seu cargo, devendo aguardar o resultado do processo disciplinar administrativo para que esse tipo de pena possa ser imposta.
- (B) A responsabilidade civil do agente público é, em regra, objetiva, independentemente de dolo ou culpa.
- (C) O agente público que for obrigado a ressarcir o particular por danos materiais ou morais em decorrência de condenação judicial, transitada em julgado, terá o direito de ajuizar ação de regresso contra o Estado.
- (D) O reconhecimento judicial da excludente de ilicitude no âmbito penal, embora existente o fato, repercute nas esferas de apuração das responsabilidades civil e administrativa do agente público.
- (E) A demissão e a exoneração são sanções disciplinares aplicáveis aos agentes públicos em decorrência do cometimento de faltas graves no exercício de suas funções.

37. Analise as seguintes assertivas a respeito do crime de extorsão mediante sequestro.

- I. Aplica-se a pena vigente no momento da privação da liberdade, ainda que outra pena, mais gravosa, esteja vigente no momento da libertação da vítima.
- II. Como regra, aplica-se a pena vigente no momento da prolação da sentença, caso essa pena seja mais benéfica ao acusado do que aquela vigente no momento da consumação do delito.
- III. A lei penal mais benéfica ao acusado sempre retroage, ainda que o fato seja praticado durante a vigência de lei excepcional.

Com relação à *aplicação da lei penal* é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

38. Considere que um indivíduo, de nacionalidade chilena, em território argentino, contamine a água potável que será utilizada para distribuição no Brasil e Paraguai. Considere, ainda, que neste último país, em razão da contaminação, ocorre a morte de um cidadão paraguaio, sendo que no Brasil é vitimado, apenas, um equatoriano.

De acordo com a regra do art. 6.º, do nosso Código Penal (“lugar do crime”), considera-se o crime praticado

- (A) na Argentina, apenas.
- (B) no Brasil e no Paraguai, apenas.
- (C) no Chile e na Argentina, apenas.
- (D) na Argentina, no Brasil e no Paraguai, apenas.
- (E) no Chile, na Argentina, no Paraguai, no Brasil e no Equador.

39. Com relação à tentativa, é correto afirmar que

- (A) a tentativa perfeita também é conhecida por crime consumado.
- (B) na tentativa perfeita o crime não se consuma porque o agente desiste de prosseguir na execução.
- (C) na tentativa perfeita o agente pratica todos os atos que entende necessários à obtenção do resultado.
- (D) a lei penal prevê expressamente que a tentativa imperfeita será punida com menos rigor do que a perfeita.
- (E) na tentativa imperfeita o agente sequer inicia a execução, sendo impedido por fatores que lhe são externos.

40. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza
- só responde pelos atos já praticados.
 - não comete crime, pois tem afastada a ilicitude da ação.
 - beneficia-se pela causa de diminuição de pena do arrendimento posterior.
 - é punido com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
 - terá pena reduzida de um a dois terços, mas, desde que, por ato voluntário, tenha reparado o dano ou restituído a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa.
41. Nos termos do quanto prescreve o art. 44, § 3.º, do Código Penal, a reincidência impede a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos?
- Sim, sempre.
 - Não, em nenhuma hipótese.
 - Sim, mas apenas para os crimes hediondos ou aqueles que lhes são equiparados.
 - Não, mas apenas na hipótese de a condenação anterior ter se dado há mais de cinco anos.
 - Não, mas desde que a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.
42. O crime de furto, do art. 155 do Código Penal,
- tem pena aumentada se praticado por funcionário público;
 - tem pena aumentada se praticado durante o repouso noturno;
 - é qualificado se praticado mediante o concurso de duas ou mais pessoas.
- É correto o que se afirma em
- II, apenas.
 - III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I, II e III.
43. O crime de roubo, conforme expressa disposição do art. 157 do Código Penal,
- não admite a modalidade tentada.
 - tem pena aumentada se praticado mediante utilização de arma.
 - é qualificado se praticado mediante o concurso de duas ou mais pessoas.
 - tem pena aumentada se da ação resulta lesão corporal de qualquer gravidade.
 - tem pena diminuída se o criminoso é primário e de pequeno valor a coisa roubada.
44. Levando-se em consideração, exclusivamente, os tipos penais da Lei n.º 10.826/03, conhecida como Estatuto do Desarmamento, aquele que é o responsável legal pela empresa e, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, possui arma de fogo de uso permitido no seu local de trabalho,
- comete, em tese, o crime de omissão de cautela.
 - não comete crime algum, mas mera infração administrativa.
 - comete, em tese, o crime de posse ilegal de arma de fogo ou simulacro.
 - comete, em tese, o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
 - comete, em tese, o crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
45. Aquele que é acusado por crime hediondo, nos estritos termos da Lei n.º 8.072/90,
- fica sujeito a prisão temporária de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
 - se condenado, cumprirá a pena integralmente em regime fechado;
 - se condenado, não tem direito de apelar em liberdade.
- É correto o que se afirma em
- I, apenas.
 - III, apenas.
 - I e III, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I, II e III.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46. Conforme preceitua o art. 396 do CPP, no procedimento comum sumário, o juiz, ao receber a denúncia ou queixa,
- notificará o acusado e designará data para seu interrogatório.
 - nomeará defensor para articular resposta escrita em favor do acusado.
 - determinará a intimação do acusado e seu defensor para apresentação de defesa prévia.
 - ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
 - designará audiência de instrução, debates e julgamento, oportunidade em que o acusado deverá, por seu defensor, apresentar defesa escrita.
47. No que diz respeito ao procedimento dos processos de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa que traz, respectivamente, os recursos cabíveis contra as decisões de rejeição da denúncia, de impronúncia, de pronúncia e de absolvição sumária.
- Recurso em sentido estrito; apelação; apelação; apelação.
 - Apelação; apelação; apelação; recurso em sentido estrito.
 - Recurso em sentido estrito; apelação; recurso em sentido estrito; apelação.
 - Apelação; recurso em sentido estrito; apelação; recurso em sentido estrito.
 - Recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; apelação.

48. Determina a Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) que, a fim de orientar a individualização do cumprimento da pena do sentenciado condenado à privação de liberdade, os estabelecimentos prisionais devem contar com Comissão Técnica de Classificação, a qual obrigatoriamente deve ser composta, entre outros, por
- I. psiquiatra;
 - II. psicólogo;
 - III. assistente social.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
49. O art. 2.º, da Lei n.º 7.960/89, prescreve que a prisão temporária será decretada pelo juiz
- I. de ofício;
 - II. por representação da autoridade policial;
 - III. por requerimento do órgão do Ministério Público.
- É correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
50. No procedimento comum sumaríssimo, previsto na Lei n.º 9.099/95, cabe recurso contra a decisão que rejeita a denúncia ou queixa?
- (A) Não, em função do rito.
 - (B) Sim, apelação, em 10 (dez) dias.
 - (C) Sim, apelação, em 5 (cinco) dias.
 - (D) Sim, recurso em sentido estrito, em 10 (dez) dias.
 - (E) Sim, recurso em sentido estrito, em 5 (cinco) dias.
51. O art. 291, § 1.º, da Lei n.º 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), determina, com relação ao crime de lesão corporal culposa de trânsito, a aplicação do instituto da composição dos danos civis, do art. 74 da Lei n.º 9.099/95. Entretanto, tal benefício não será admitido se
- I. as lesões causadas forem de natureza gravíssima;
 - II. o agente estiver sob influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência;
 - III. o agente estiver transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).
- Está correto o que se afirma apenas em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
52. Nos termos do quanto determina o art. 2.º, da Lei n.º 9.613/98, no processo e julgamento dos crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores,
- I. a competência é da Justiça Federal quando a do crime antecedente também for;
 - II. admite-se a citação por edital e, nessa hipótese, segue-se a suspensão do processo e do prazo prescricional;
 - III. a denúncia será instruída com indícios suficientes da existência do crime antecedente, sendo puníveis os fatos de “lavagem” ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime antecedente.
- É correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
53. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder _____ e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo _____, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal desde que dessa colaboração tenha resultado: I – a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa; II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada; III – a recuperação total ou parcial do produto do crime.
- De acordo com a Lei n.º 9.807/99, completam as lacunas, correta e respectivamente, as seguintes expressões:
- (A) o perdão judicial ... primário
 - (B) a absolvição ... não reincidente
 - (C) a graça ... maior de 70 (setenta) anos
 - (D) a anistia ... portador de bons antecedentes
 - (E) o indulto ... menor de 21 (vinte e um) anos
54. De acordo com o texto expresso do art. 180 da Lei n.º 11.101/05, a natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial no que pertine ao processo e julgamento dos crimes falimentares, é a de
- (A) requisito da ilicitude.
 - (B) requisito da tipicidade.
 - (C) requisito da culpabilidade.
 - (D) condição de procedibilidade.
 - (E) condição objetiva de punibilidade.

55. No âmbito do direito intertemporal (direito conflitual de leis no tempo), deve-se pressupor, como regra geral e princípio absoluto,

- (A) a retroatividade da lei nova.
- (B) a irretroatividade da lei nova, preservado o princípio da segurança jurídica.
- (C) a retroatividade justa, resguardados sempre o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (D) o efeito imediato e geral da nova lei, respeitados tão-somente o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.
- (E) a sobrevivência da lei antiga, resguardada a ultratividade da norma.

56. “X” edificou casa, em área urbana, na certeza de lhe pertencer a totalidade da área descrita junto à matrícula imobiliária. Constatou, porém, já concluída a construção, que por um erro na descrição das linhas limitrofes, a edificação invadiu uma vigésima parte do terreno de seu vizinho. Considerando isso, assinale a seguir a alternativa correta.

- (A) “X” adquirirá a propriedade da área invadida, devendo pagar o décuplo do valor do terreno lindeiro e a desvalorização da área remanescente.
- (B) Embora “X” estivesse de boa-fé, deverá demolir a parte da construção que invadiu o terreno alheio, ainda que com grave prejuízo para a edificação.
- (C) Estando “X” de má-fé, adquire a propriedade da área invadida apenas se o valor da construção exceder o do terreno.
- (D) Estando “X” de boa-fé, adquire a propriedade da parte do solo invadido e responde, por perdas e danos, correspondentes ao valor que a invasão acrescer à construção, mais o da área perdida e o da desvalorização da área remanescente.
- (E) A posse justa exercida por “X” e a boa-fé empreendida na construção serão suficientes para justificar pedido de usucapião da área invadida, o que deve ser requerido, porém, no lapso de 3 anos após a edificação.

57. Considere as afirmações seguintes:

- I. tanto o instituto da indignidade quanto o da deserção procuram afastar da herança aquele que a ela não faz jus, em razão de reprovável conduta que teve em relação ao *autor successionis*, ou, ainda, contra seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;
- II. a pena de indignidade é cominada pela própria lei, nos casos expressos que enumera, ao passo que a deserção repousa na vontade exclusiva do *de cuius* que a impõe ao culpado, em ato de última vontade, desde que fundada em motivo legal;
- III. somente a autoria em crime de homicídio doloso, tentado ou consumado contra o autor da herança, pode afastar o herdeiro da sucessão.

Está correto o contido em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

58. Consideram-se produtos essenciais os indispensáveis para satisfazer as necessidades imediatas do consumidor. Logo, na hipótese de falta de qualidade ou quantidade, não sendo o vício sanado pelo fornecedor,

- (A) é direito do consumidor exigir a substituição do produto por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou, a seu critério exclusivo, a restituição imediata da quantia paga, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou, ainda, o abatimento proporcional do preço.
- (B) o consumidor tem apenas o direito de exigir a substituição do produto por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- (C) abre-se, para o consumidor, o direito de, alternativamente, solicitar, dentro do prazo de 7 (sete) dias, a substituição do produto durável ou não durável por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou a restituição imediata da quantia paga, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou, ainda, o abatimento proporcional do preço.
- (D) é direito do consumidor exigir apenas a substituição do produto durável por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou, sendo não durável, a restituição imediata da quantia paga, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou, ainda, o abatimento proporcional do preço.
- (E) é direito do consumidor exigir a substituição do produto durável ou não durável, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou, a seu critério exclusivo, a restituição imediata da quantia paga, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou, ainda, o abatimento proporcional do preço.

59. Assinale a alternativa correta sobre o destino dos bens de uma associação, quando de sua dissolução, se o seu estatuto é omissivo a respeito.

- (A) Destinar-se-ão à Fazenda Pública.
- (B) Serão entregues aos herdeiros dos associados.
- (C) Serão repartidos entre os associados sobreviventes.
- (D) Serão destinados à entidades de fins não econômicos indicadas, necessariamente, pelo Ministério Público.
- (E) Destinar-se-ão, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

60. Em matéria de adoção, levando em conta, especialmente, as modificações introduzidas pela Lei n.º 12.010, de 03 de agosto de 2009, assinale a alternativa correta.

- (A) Por meio da família extensa ou ampliada intensificam-se os laços de afeto entre adotante e adotado, muito embora a Lei n.º 12.010, de 03 de agosto de 2009, ainda não tenha prestigiado as relações de parentesco estabelecidas entre o adotante e os parentes do adotado.
- (B) A Lei n.º 12.010, de 03 de agosto de 2009, enfatizou a importância do instituto da adoção, tanto que determinou a obrigatoriedade na preparação psicossocial dos adotantes, incentivando a adoção de irmãos biológicos, além de dificultar o caminho para a adoção internacional.
- (C) Passou a ser admitida pela Lei n.º 12.010, de 03 de agosto de 2009, a adoção por pessoas do mesmo sexo.
- (D) A adoção *intuitu personae* e a promovida por escritura pública passam a ser mecanismos úteis para fomentar o instituto, atribuindo maior dignidade e proteção à criança e ao adolescente.
- (E) A manutenção do pretendente à adoção no seio da família biológica continua sendo prioridade legislativa; sendo inviável essa permanência, porém, deve-se recorrer em primeiro lugar à adoção internacional, vale dizer, àquela na qual a pessoa ou casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil.

61. Assinale a alternativa correta.

- (A) A publicidade do casamento é requisito de ordem pública, proibindo-se que o ato seja praticado a portas fechadas ou sem a publicação e fixação de proclamas em local visível.
- (B) Nuncupativo é o casamento celebrado por autoridade incompetente.
- (C) Putativo é o matrimônio nulo ou anulável contraído de boa-fé por um ou por ambos os contraentes e que, em razão disso, produz efeitos até o dia da sentença anulatória.
- (D) Em virtude do avanço da tecnologia, é perfeitamente possível a realização do matrimônio pela internet e/ou por via satélite, mesmo não havendo mandato especificamente outorgado pelos nubentes para tal fim.
- (E) O casamento religioso terá efeitos civis, independentemente das exigências de validade para o casamento civil, e desde que registrado no registro próprio.

62. Considere a hipótese de o Ministério Público ser comunicado por profissionais de saúde acerca de maus-tratos contra idosos, praticados por enfermeiros e auxiliares de enfermagem, funcionários de uma clínica particular em São Paulo. Nesse caso,

- (A) devem ser aplicadas medidas específicas de proteção ao idoso, isolada ou cumulativamente, tais como o encaminhamento à família ou ao curador, mediante termo de responsabilidade, orientação, apoio e acompanhamento temporários, abrigo em entidade ou temporário, entre outras.
- (B) devem ser aplicadas medidas genéricas de proteção ao idoso, tais como a orientação, apoio e acompanhamento temporários, colocação em abrigo temporário, entre outras.
- (C) não cabe ao Ministério Público intervir, devendo apenas comunicar o episódio à autoridade policial.
- (D) cabe ao Ministério Público, independentemente de fiscalização, dar publicidade ao caso, suspendendo parcial ou totalmente as atividades desenvolvidas pela entidade de atendimento envolvida, para, só então, aplicar medidas genéricas de proteção ao idoso.
- (E) devem ser aplicadas medidas específicas e isoladas de proteção ao idoso, a começar pela requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar, em virtude de ofensa ao direito à integridade física e moral daquele.

63. A interdição é medida judicial

- (A) de proteção ao incapaz, maior ou menor, por meio da qual se lhe nomeia curador com o fito de administrar-lhe os bens e acompanhá-lo na prática dos atos da vida civil.
- (B) de proteção ao menor incapaz por meio da qual se lhe nomeia tutor com o fito de administrar-lhe os bens e acompanhá-lo na prática dos atos da vida civil.
- (C) de proteção ao maior incapaz por meio da qual se lhe nomeia curador com o fito de administrar-lhe os bens e acompanhá-lo na prática dos atos da vida civil.
- (D) destinada a agilizar a confirmação da morte presumida, garantindo aos cônjuges a disponibilidade de convolarem novas núpcias.
- (E) destinada a agilizar a confirmação da ausência, garantindo aos cônjuges a disponibilidade de convolarem novas núpcias.

64. As normas processuais, em sua maioria, são normas cogentes. No entanto, é possível reconhecer normas de caráter dispositivo em algumas normas processuais.

Tendo em vista essas afirmações, e, considerando os dispositivos constantes do Código de Processo Civil vigente, pode-se afirmar que um exemplo de norma processual cogente é a previsão do

- (A) art. 333, parágrafo único, do Código de Processo Civil, que dispõe sobre a possibilidade de inversão convencional do ônus da prova, desde que a causa não verse sobre direitos disponíveis ou torne excessivamente difícil à parte o exercício do direito.
- (B) art. 265, inciso II, do Código de Processo Civil, que dispõe sobre a suspensão convencional do processo, a qual, no entanto, deve prever que o período de suspensão não exceda 6 (seis) meses.
- (C) art. 453, inciso I, do Código de Processo Civil, que dispõe sobre a possibilidade de adiamento, uma única vez, de audiência de instrução e julgamento, por convenção das partes.
- (D) art. 111 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre a possibilidade de eleição de foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações, desde que essa convenção conste de contrato escrito e se refira expressamente a determinado negócio jurídico.
- (E) art. 318 do Código de Processo Civil, que dispõe que a ação e a reconvenção deverão ser julgadas na mesma sentença.

65. Leia as seguintes afirmações.

- I. Não é necessária a nomeação de curador especial ao executado que citado por edital ou hora certa permanecer revel.
- II. Prevê a legislação processual vigente que será dado curador especial ao incapaz que não possuir representante legal; no entanto, este dispositivo é aplicável somente ao réu absolutamente incapaz.
- III. O curador especial dado pelo juiz para o réu revel citado por edital, ou com hora certa, deverá impugnar especificadamente os fatos narrados na petição inicial.
- IV. É desnecessária a nomeação de curador especial em favor de terceiros incertos, citados por edital e que porventura tenham interesse em ações de usucapião.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

66. Assinale a alternativa correta.

- (A) A parte que oferece exceção de incompetência não pode suscitar conflito de competência, prerrogativa prevista somente para o magistrado e para o membro do Ministério Público.
- (B) A nulidade de cláusula de eleição de foro que tenha sido prevista em contrato de adesão não pode ser reconhecida de ofício, prevalecendo o foro de eleição sobre o juízo do domicílio do réu.
- (C) Caracterizam-se como hipóteses de conflito de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes ou incompetentes e, ainda, quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou da separação do processo.
- (D) As partes podem modificar a regra de incompetência relativa pela não oposição de exceção de incompetência. Nessa hipótese, os autos devem ser remetidos ao juiz competente, anulando-se os atos decisórios já praticados.
- (E) O órgão jurisdicional pode, de ofício, conhecer da modificação legal da competência relativa, nos casos de conexão e continência, e, também, da incompetência relativa, independentemente de sua alegação pelo réu.

67. Com relação aos atos processuais praticados pelo juiz, o Código de Processo Civil prevê como prazos para proferir despachos de mero expediente e decisões, respectivamente,

- (A) 3 e 5 dias.
- (B) 2 e 10 dias.
- (C) 2 e 5 dias.
- (D) 3 e 10 dias.
- (E) 1 e 5 dias.

68. A petição inicial deverá ser indeferida de plano quando:

- (A) lhe faltar pedido ou causa de pedir; o pedido for juridicamente impossível; o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição.
- (B) a parte for manifestamente ilegítima; deixar o advogado de declarar o endereço em que receberá intimações; a parte for incapaz por defeito de representação ou falta de autorização.
- (C) o autor carecer de interesse processual; faltar caução ou outra prestação que a lei exigir como preliminar; apresentar defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito.
- (D) apresentada, não tiver sido instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação; o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa ou ao valor da ação e não puder adaptar-se ao tipo de procedimento legal; quando o pedido for genérico.
- (E) não contiver o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido, com as suas especificações e o valor da causa; contiver pedidos incompatíveis entre si; o autor aditar o pedido após a citação.

69. Leia as seguintes afirmações.

- I. A coisa julgada somente torna imutável a forma de liquidação depois do trânsito em julgado da sentença proferida no processo de liquidação e não do trânsito em julgado da sentença proferida no processo de conhecimento.
- II. A impugnação não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que sejam relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação. Nesse caso, o requerente não poderá prosseguir a execução, mesmo prestando caução suficiente.
- III. Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- IV. Para fins de impugnação, em sede de cumprimento de sentença, considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal.

Está correto apenas o contido em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

70. Maria é credora de João, por força de contrato de mútuo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), cujo vencimento se dará em 30 (trinta) dias. Sabe-se que João está tomando medidas no sentido de se mudar do país, indo para o Paraguai, e que está oferecendo à venda seus bens. Maria, ademais, viu, em um anúncio de classificados, que João está vendendo seu único imóvel pelo valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), quando, na verdade, a propriedade valeria cerca de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Diante de tais circunstâncias, a medida mais adequada em favor dos direitos de Maria como credora seria:

- (A) pedido incidental de sequestro de todos os bens de João.
- (B) ação cautelar de arresto do imóvel que João pretende alienar.
- (C) medida cautelar inominada, determinando que João deposite em juízo o valor do empréstimo.
- (D) ação ordinária com pedido de tutela antecipada para pagamento imediato da dívida.
- (E) medida cautelar inominada determinando o bloqueio dos valores resultantes da venda do imóvel.

71. Assinale a alternativa correta.

- (A) No prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que prestou o compromisso, o inventariante fará as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado, que deverá ser assinado pelo juiz, escrivão e inventariante.
- (B) O formal de partilha poderá ser substituído por certidão do pagamento do quinhão hereditário, quando este não exceder 10 (dez) vezes o salário mínimo vigente na sede do juízo; caso em que se transcreverá nela a sentença de partilha transitada em julgado.
- (C) Incumbe a quem estiver na posse e na administração do espólio requerer o inventário e a partilha, tendo, contudo, legitimidade concorrente o Ministério Público, se houver herdeiros incapazes.
- (D) No arrolamento, serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.
- (E) O credor de dívida líquida ou não, mas já vencida, pode requerer habilitação no inventário. Concordando as partes com o pedido, o juiz, ao julgar habilitado o crédito, mandará que se faça separação de bens para o futuro pagamento.

72. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de alimentos provisórios pedidos pelo cônjuge, casado pelo regime da comunhão universal de bens, o juiz determinará igualmente que seja entregue ao credor, mensalmente, 50% (cinquenta por cento) da renda líquida dos bens comuns, administrados pelo devedor.
- (B) Quando não for possível a efetivação executiva da sentença ou do acordo mediante desconto em folha, poderão ser as prestações cobradas de alugueres de prédios ou de quaisquer outros rendimentos do devedor, que serão recebidos diretamente pelo alimentando ou por seu representante legal, curador ou tutor.
- (C) A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz marcará a sua continuação para o primeiro dia desimpedido, independentemente de novas intimações. Terminada a instrução, poderão as partes e o Ministério Público aduzir alegações finais, em prazo não excedente de 15 (quinze) minutos para cada um.
- (D) Aquele que pleiteia alimentos e que não estiver em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, gozará do benefício da gratuidade, por simples afirmativa dessas condições perante o juiz, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.
- (E) Nas ações de alimentos, se as partes não comparecerem à audiência de conciliação e julgamento, em relação ao autor será determinado o arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa em revelia, no entanto sem pena de confissão quanto à matéria de fato.

DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

73. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Essa afirmativa encontra fundamento nos princípios da
- (A) dignidade da pessoa humana e legalidade.
 - (B) prioridade absoluta e proteção integral.
 - (C) condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e eficiência.
 - (D) participação popular e fidelidade.
 - (E) brevidade e excepcionalidade.
74. Assinale a alternativa correta.
- (A) A idade mínima para adotar é a de 25 anos, dependendo do estado civil do adotante.
 - (B) Somente poderá haver a adoção desde que haja diferença de 18 anos entre adotante e adotado.
 - (C) Poderá haver adoção por procuração.
 - (D) Poderão adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
 - (E) Não há vedação que colaterais adotem, de forma que tio pode adotar o sobrinho.
75. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar o seguinte princípio:
- (A) integração dos vínculos familiares e promoção da família substituta.
 - (B) atendimento personalizado e individual.
 - (C) participação na vida da comunidade local.
 - (D) desmembramento de grupos de amigos.
 - (E) promoção, sempre que possível, de transferência para outras entidades de abrigo.
76. Analise as seguintes afirmativas.
- I. As medidas de proteção deverão ser aplicadas cumulativamente e substituídas a qualquer tempo.
 - II. Na aplicação das medidas de proteção, levar-se-ão em conta as necessidades físicas e psicológicas da criança e do adolescente.
 - III. O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas de proteção provisórias e excepcionais, não implicando privação de liberdade.
 - IV. As medidas de proteção serão acompanhadas da regularização do registro civil, isento de custas, multas e emolumentos.
- Estão corretas apenas as afirmativas
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II, III e IV.
77. No procedimento de apuração de ato infracional, se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária deverá
- (A) decretar a sua internação preventiva e notificar os pais ou responsável.
 - (B) decretar a revelia e suspender o processo.
 - (C) designar nova data, determinando sua condução coercitiva.
 - (D) designar nova data, determinando sua internação provisória.
 - (E) expedir mandado de busca e apreensão.
78. Em relação ao Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta.
- (A) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de sete membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de dois anos.
 - (B) O Conselho Tutelar é o órgão autônomo, jurisdicional, encarregado pelo Estado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente.
 - (C) O exercício efetivo da função de conselheiro não se constitui em serviço público, não havendo impedimento de servir no mesmo Conselho marido e mulher.
 - (D) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei federal e realizado sob a responsabilidade e anuência do Ministério Público.
 - (E) O Conselho Tutelar tem a atribuição de encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
79. No processo de perda do poder familiar, a citação deverá ser feita _____; a contestação ocorrerá no prazo de _____ e a sentença que decretar a perda ou a suspensão do poder familiar será _____.
- Complete as lacunas.
- (A) pessoalmente ... dez dias ... averbada
 - (B) pelo correio ... dez dias ... averbada
 - (C) pessoalmente ... cinco dias ... registrada
 - (D) pelo correio ... cinco dias ... registrada
 - (E) pelo correio ... quinze dias ... averbada
80. De acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, compete ao Ministério Público
- (A) requisitar ao juízo competente que sejam expedidas as devidas notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos.
 - (B) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas.
 - (C) requisitar sindicâncias, instaurar diligências investigatórias e requisitar a instauração de inquérito policial.
 - (D) peticionar ao juízo competente, para a remissão como forma de exclusão do processo.
 - (E) determinar a aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à criança e ao adolescente.

81. Em relação à colocação da criança e do adolescente em família substituta, assinale a alternativa correta.
- (A) Constitui um requisito para a concessão de pedido de colocação em família substituta, a apresentação da declaração sobre a existência de bens e rendimentos do requerente.
 - (B) Nas hipóteses em que a destituição da tutela, a perda ou a suspensão do poder familiar constituir pressuposto lógico da medida principal de colocação em família substituta, não será necessário o procedimento contraditório.
 - (C) O consentimento dos titulares do poder familiar prestado por escrito terá validade, mesmo que não ratificado em audiência.
 - (D) O consentimento é retratável e somente terá valor se for dado após o nascimento da criança.
 - (E) A colocação de criança ou adolescente sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar será comunicada pela autoridade judiciária à entidade por este responsável no prazo máximo de 10 (dez) dias.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

82. Analise as hipóteses a seguir:
- I. a boa qualidade do fornecimento de serviços essenciais como o ensino de determinada escola;
 - II. naufrágio de um barco de turismo, vitimando fatalmente vários passageiros;
 - III. publicidade enganosa que induz em erro os consumidores.
- É correto afirmar que traz (em) exemplo(s) de direitos difusos
- (A) I, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.
83. Sobre a Ação Civil Pública, é correto afirmar que
- (A) poderá ser proposta para discussão de tributos, contribuições previdenciárias e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
 - (B) deve ser proposta no foro do domicílio do réu.
 - (C) só terá por objeto a condenação em obrigação de fazer ou não fazer, que poderá ser convertida em perdas e danos.
 - (D) não é cabível tutela de urgência nessa modalidade de ação, quer de natureza cautelar ou antecipatória.
 - (E) é facultada a habilitação de litisconsorte, em ambos os polos da demanda, pelo Poder Público ou associações legitimadas para propor a ação.

84. Sobre a estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), é correto afirmar que caberá
- (A) ao órgão central, formado pela Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política nacional e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
 - (B) ao órgão superior, formado pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), propor e estudar diretrizes e políticas governamentais para o meio ambiente.
 - (C) ao órgão executor, formado pelo Conselho do Governo, a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional para o meio ambiente e recursos ambientais.
 - (D) aos órgãos seccionais, compostos basicamente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, executar e fazer executar como órgão federal, as políticas e diretrizes fixadas para o meio ambiente.
 - (E) ao órgão executor, composto pelos órgãos municipais, controlar e verificar a correta execução das políticas ambientais.
85. Sobre o Mandado de Segurança Coletivo, é correto afirmar que
- (A) pode ser impetrado para defesa de interesses difusos.
 - (B) seu manejo não induz litispendência para as ações individuais e a coisa julgada nele formada atinge a todos, indistintamente.
 - (C) a liminar só poderá ser concedida após audiência com o representante judicial da pessoa jurídica de direito público demandada, que deverá se manifestar em 72 horas.
 - (D) a liminar poderá ser concedida no despacho inicial, independentemente da oitiva do representante da pessoa jurídica de direito público que compõe o polo passivo.
 - (E) podem compor o polo ativo tão-somente organizações sindicais e entidades de classe ou associações legalmente constituídas há mais de 2 (dois) anos.
86. Sobre a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos dos idosos pode-se afirmar que
- I. para instruir procedimento administrativo, pode requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;
 - II. atuará como substituto processual do idoso em situação de risco, em razão de suas condições pessoais;
 - III. no exercício de suas funções, só terá acesso às entidades de atendimento ao idoso com autorização judicial;
 - IV. quando não atuar como parte na ação, deverá intervir, sob pena de anulação do processo, fato este que poderá ser declarado de ofício pelo juiz.
- Estão corretas somente as seguintes afirmativas:
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) I, III e IV.

87. Os itens abaixo descrevem conceitos trazidos na Lei n.º 10.098/2000, que estabelece critérios básicos para promoção da acessibilidade dos portadores de necessidades especiais. Analise o conteúdo das expressões referidas e assinale a alternativa que traz o nome de cada conceito descrito na referida lei, respectivamente.

- I. Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação.
 - II. Qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.
 - III. Qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo.
- (A) I. Elemento de urbanização; II. Ajuda técnica ; III. Acessibilidade.
- (B) I. Barreiras nas comunicações; II. Ajuda técnica; III. Elemento de urbanização.
- (C) I. Barreiras arquitetônicas urbanísticas; II. Elemento de urbanização; III. Ajuda técnica.
- (D) I. Ajuda técnica; II. Barreiras nas edificações; III. Elemento de urbanização.
- (E) I. Barreiras nas comunicações; II. Acessibilidade; III. Ajuda técnica.

88. Sobre as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) a União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal, nas respectivas áreas de atuação, têm competência concorrente para baixar normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos ou serviços.
- (B) as infrações administrativas poderão ser penalizadas com a sanção que a autoridade administrativa competente julgar adequada, mesmo que não esteja prevista no rol do Código de Defesa do Consumidor.
- (C) não se aplica a pena de cassação da concessão a concessionária de serviço público, vez que presta serviço de interesse coletivo *lato sensu*.
- (D) a imposição da contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na propaganda enganosa ou abusiva, sempre às expensas do infrator.
- (E) quando aplicada pena de multa, os valores serão revertidos para o consumidor que eventualmente tenha feito a denúncia que gerou o procedimento administrativo.

89. Um consumidor adquire uma roupa dentro da loja de um shopping e, ao chegar em casa, não gosta da cor. A vendedora, no ato da compra, havia avisado que, por se tratar de peça de promoção, não haveria direito a troca do produto, a não ser por vício. Ainda assim, o consumidor terá direito a devolver o bem em 7 dias, exercitando o direito de arrependimento.

Esta afirmativa está:

- (A) correta, tendo em vista que por se tratar de direito de arrependimento, não há que expor os motivos de sua devolução.
- (B) está errada, tendo em vista que, por se tratar de produto durável, o prazo para exercício do direito de arrependimento será de 90 dias.
- (C) está errada, pois o direito de arrependimento só pode ser exercido para compras realizadas fora do estabelecimento comercial.
- (D) está correta, tendo em vista que o consumidor pode desistir do contrato a qualquer tempo.
- (E) está errada, tendo em vista que a compra fora feita dentro do estabelecimento comercial e, no caso, a loja deve sanar o vício em 30 dias.

90. Considere este trecho:

Os cadastros dos consumidores não podem conter informações negativas referentes a período superior a _____. Caso o consumidor encontre inexatidão no seus dados, poderá exigir que sejam corrigidas tais informações _____. Depois de corrigidas tais informações errôneas, o arquivista informará a alteração aos eventuais destinatários _____.

A alternativa cujos termos completam, correta e respectivamente, as lacunas da frase, é:

- (A) 3 anos ... em 5 dias ... imediatamente
- (B) 5 anos ... imediatamente ... em 5 dias úteis
- (C) 5 anos ... imediatamente ... em 5 dias corridos
- (D) 3 anos ... em 5 dias úteis ... imediatamente
- (E) 5 anos ... imediatamente ... em 7 dias úteis

